

n.º 166/05, de 23SET, tendo em consideração as disposições transitórias previstas no Artigo 3.º do último diploma:

Quadro de Oficiais PILAV

MGEN PILAV RES-QPfe 001942-K Jorge Manuel Antunes de Andrade — MOB

Conta esta situação desde 11MAR2010
Transita para o ARQC desde a mesma data

Ministério da Defesa Nacional, 11 de Março de 2010. — O Chefe do Estado-Maior, *Luis Evangelista Esteves Araújo*, general.

203084304

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Polícia Judiciária

Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas

Aviso n.º 6719/2010

Procedimento concursal interno de ingresso para preenchimento de 3 postos de trabalho da carreira de especialista superior Área de Psicologia, do mapa de pessoal da Polícia Judiciária

Face ao disposto no n.º 1, do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março, os procedimentos concursais no âmbito da Polícia Judiciária regem-se, até à revisão das carreiras deste corpo especial, pelas disposições normativas que lhe eram aplicáveis em 31 de Dezembro de 2008.

Assim, nos termos do n.º 1, do artigo 28.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por meu despacho de 13 de Novembro de 2009, no uso da delegação de competências publicada no *Diário da República* n.º 144, 2.ª série, de 28 de Julho de 2008 (Despacho n.º 19942/2008), se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal interno de ingresso para preenchimento de 3 postos de trabalho da carreira de especialista superior — área de psicologia, do grupo de pessoal de apoio à investigação criminal, do mapa de pessoal da Polícia Judiciária.

Não foi efectuada consulta prévia à Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRR), uma vez que, não tendo sido publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, e até à sua publicitação, conforme instruções da DGAEP, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade da referida consulta.

1 — Prazo de validade:

O presente procedimento concursal visa exclusivamente a ocupação dos postos de trabalho acima referidos, caducando com o seu preenchimento.

2 — Legislação aplicável:

O presente concurso rege-se pelo disposto nos seguintes diplomas: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, Lei n.º 37/2008, de 6 de Agosto, Decreto-Lei n.º 42/2009, de 12 de Fevereiro, e Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro (Código do Procedimento Administrativo).

3 — Conteúdo funcional:

O conteúdo funcional dos postos de trabalho a preencher corresponde, em termos genéricos, ao exercício das funções da carreira de especialista superior previstas no artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 09 de Novembro, designadamente:

- Prestar assessoria e apoio técnico, com intervenção e acompanhamento nos domínios da psicologia clínica e criminal;
- Participar em reuniões, comissões e grupos de trabalho;
- Elaborar estudos e pareceres;
- Conceber, adaptar e ou aplicar métodos e processos técnico-científicos;
- Recolher e tratar informação para divulgação nas áreas de interesse para a Polícia Judiciária;
- Utilizar os equipamentos e os meios disponíveis necessários à execução das suas tarefas e zelar pela respectiva guarda, segurança e conservação;
- Colaborar em acções de formação.

4 — Requisitos gerais e especiais de admissão:

4.1 — Podem ser opositores ao procedimento concursal os indivíduos que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Exerçam funções públicas na Administração Central mediante relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado (nomeação ou contrato de trabalho em funções públicas);
- Estejam habilitados com Licenciatura na área da Psicologia;
- Possuam carta de condução de veículos ligeiros.

4.2 — De acordo com o n.º 4 do artigo 133.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, podem ainda ser opositores os especialistas com, pelo menos, sete anos de serviço na carreira, habilitados com curso superior que não confira o grau de licenciatura, independentemente de realização de estágio, aprovados em acção de formação específica. Nos termos do n.º 5 do mesmo artigo, são fixadas, em relação aos lugares a prover, as seguintes percentagens:

- Indivíduos habilitados com o grau de licenciatura — 75 %
- Especialistas — 25 %

5 — Local de trabalho:

Os postos de trabalho a preencher pertencem ao mapa de pessoal de apoio à investigação criminal e as funções serão exercidas nas unidades da Polícia Judiciária da área de Lisboa.

6 — Vencimento e regalias:

O vencimento é fixado nos termos da tabela n.º 2, do anexo V ao Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, acrescida do suplemento de risco a que se refere o artigo 91.º do mesmo diploma. As regalias sociais são as genericamente vigentes para os trabalhadores da administração central.

7 — Métodos de selecção:

Nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, serão utilizados os seguintes métodos de selecção:

- Prova de conhecimentos;
- Entrevista profissional de selecção;

8 — Prova de conhecimentos:

8.1 — A prova de conhecimentos terá carácter eliminatório, será teórica, escrita e terá a duração máxima de noventa minutos, sendo elaborada de acordo com o programa de provas aprovado pelo Despacho n.º 4805/2010, dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Justiça, publicado no *Diário da República* n.º 54, 2.ª série, de 18 de Março de 2010, que a seguir se transcreve:

I

- Estrutura orgânica da Polícia Judiciária;
- Missão e atribuições da Polícia Judiciária;

II

- Psicoterapia: Cognitivo-Comportamental, Dinâmica, outra;
- Diagnóstico da perturbação mental: DSM e CID;
- Psicopatologia: perturbações da personalidade; perturbações de humor;
- A avaliação psicológica: aspectos legais e éticos;

III

- A entrevista como instrumento de avaliação psicológica e diagnóstico. Modelos teóricos e metodologia de sua aplicação em diferentes domínios de intervenção;
- Tratamentos psicológicos empiricamente validados. A avaliação da eficácia dos tratamentos. Tratamento psicológico combinado com indicações psico-farmacológicas;
- Crise e intervenção psicoterapêutica breve como um método de intervenção social;

IV

- Saúde mental em ambiente laboral: modelos de intervenção psicossocial;
- Relação da Perturbação mental e stress no trabalho: Stress. As condições ambientais geradores de stress. Implicações e estratégias para lidar com o stress;
- Fundamentos de Psicologia dos grupos humanos e sua relação com os recursos humanos para a transformação social;
- Assédio moral em ambiente laboral, intervenção psicológica;

V

- Estratégias para a motivação e resolução de conflitos em equipas de trabalho. Interdisciplinaridade. Papéis profissionais;

- 2 — Modelos, técnicas e estratégias específicas para tratamento psicológico, terapia individual e de grupo;
3 — Intervenção psicológica em situações de crise ou catástrofe;

VI

1 — Evolução da relação violenta. Os traços da personalidade do agressor/a. Os efeitos psicológicos sobre as vítimas e as pessoas do ambiente imediato. Abordagem e tratamento psicológico;

2 — Etiologia da dependência de drogas e adições. Teorias explicativas de transtornos da dependência. Diagnóstico psicológico dos transtornos da dependência;

3 — Metodologia de intervenção terapêutica no tratamento da dependência de drogas e adições.

9 — Entrevista Profissional de selecção:

9.1 — A entrevista profissional de selecção terá por fim avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, sendo considerados os seguintes factores de apreciação:

- Apresentação/Urbanidade
- Motivação e interesse para o desempenho da função;
- Assertividade;
- Sentido crítico e clareza de raciocínio;
- Expressão e fluência verbal.
- Preparação e aptidão profissional.

10 — Critérios de apreciação e ponderação:

Os critérios de apreciação e de ponderação da entrevista profissional, incluindo as respectivas fórmulas classificativas e da classificação final, foram aprovados pelo júri do procedimento concursal e constam da acta n.º 1 de 23 de Março, que será facultada aos candidatos sempre que solicitada, nos termos legais.

11 — Sistema de classificação

Na classificação dos métodos de selecção e na classificação final dos candidatos adoptar-se-á a escala de 0 a 20 valores, com aproximação às centésimas, considerando-se não aprovados os candidatos que, na prova de conhecimentos ou na classificação final, obtenham classificação inferior a 9,5 valores, conforme determina o artigo 36.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11.1 — A classificação final é obtida através da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (PC + EPS)/2$$

Em que:

- CF = Classificação final;
- PC = Prova de conhecimentos
- EPS = Entrevista profissional de selecção

12 — Provimento e estágio

O provimento dos candidatos é feito por nomeação e ficam sujeitos a um estágio/período experimental de um ano, nos termos dos artigos 132.º e 138.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 09/11, e do artigo 12.º da Lei N.º 12-A/2008, de 27/02.

13 — Publicitação e informações:

13.1 — A relação dos candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final obedecem ao disposto nos artigos 33.º, 34.º e 40.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sendo ainda afixadas na URHRP.

13.2 — São prestadas informações pelo telefone 218644888 (linha de concursos), no seguinte horário: das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30.

14 — Formalização das candidaturas:

As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Director Nacional da Polícia Judiciária e entregue na Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas (URHRP), Largo de Andaluz, n.º 17, 1050-004 Lisboa, pessoalmente, contra recibo, ou remetido pelo correio registado e com aviso de recepção.

14.1 — O requerimento deve ser apresentado em papel normalizado (branco ou de cor pálida, de formato A4), conforme a minuta seguinte:

Exmo. Senhor

Director Nacional da Polícia Judiciária

Procedimento concursal interno de ingresso para preenchimento de 3 postos de trabalho do mapa de pessoal da Polícia Judiciária, da carreira de especialista superior — Área de Psicologia

Nome:

Morada e código postal:

Telefone:

Data de nascimento:

Habilitação académica:

Categoria:

Local de trabalho:

Natureza da relação jurídica de emprego público:

Requer a V.ª Ex.ª se digne admiti-lo(a) ao procedimento concursal interno de ingresso para preenchimento de 3 postos de trabalho da carreira de especialista superior — Área de Psicologia, aberto por aviso publicado no número ____ da 2.ª série do *Diário da República* de ____/____/____.

Local e data.

Pede deferimento

(Assinatura)

14.2 — Qualquer alteração à morada, ocorrida durante o período de desenvolvimento do procedimento concursal, deve ser imediatamente comunicada à URHRP, Sector de Recrutamento.

14.3 — O requerimento de admissão ao procedimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

Certificado de habilitações literárias exigidas (por fotocópia simples), com menção da classificação final;

Carta de condução (por fotocópia);

Declaração, devidamente actualizada, emitida pelo serviço de origem, da qual constem, de forma inequívoca, a existência e a modalidade da relação jurídica de emprego público (vínculo) e a categoria detida (e a antiguidade na mesma, na carreira e na função pública);

14.4 — Nos termos do n.º 7, do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11.07, a não entrega dos documentos exigidos no número anterior do presente aviso, dentro do prazo para recepção das candidaturas, implica a exclusão do procedimento concursal.

14.5 — Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro deverão apresentar, em simultâneo com o documento comprovativo das suas habilitações, o correspondente documento de reconhecimento de habilitações estrangeiras, previsto pela legislação portuguesa aplicável.

14.6 — Em caso de dúvida, assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos a apresentação de documentação comprovativa das suas declarações.

14.7 — Para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a apresentação ou a entrega de documento falso implica a participação à entidade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme os casos.

15 — Política de igualdade:

Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, em cumprimento da alínea *h*), do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

16 — Legislação e bibliografia:

Nos termos do n.º 4, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11.07, indica-se a bibliografia necessária à preparação para a prova de conhecimentos específicos:

Capítulo 1:

Decreto-Lei n.º 42/2009, de 12 de Fevereiro — Competências das Unidades da Polícia Judiciária.

Lei n.º 37/2008, de 6 de Agosto — Lei Orgânica da Polícia Judiciária.

Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro.

Capítulo 2:

Abreu, J. (1997). *Introdução à psicopatologia compreensiva*. Fundação Calouste Gulbenkian.

American Psychiatric Association (2002). *DSM-IV-TR Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*. 4.ª Edição. Texto Revisto. Lisboa: Climepsi Editores. João Cabral Fernandes (Ed.).

Beutler, L.E., Machado, P.P.P., Neufeldt, S. A. (1994). *Therapist Variables*. IN A.E. Bergin & S.L. Garfield (Eds.), *Handbook of Psychotherapy and Behavior Change* (4th ed., pp.229 — 268). New York: John Wiley & Sons, INC.

Bloch, S. (1999). *Uma Introdução às Psicoterapias*. Lisboa: Climepsi Editores.

Brown, D. e Pedder, J. (1997). *Princípios e Prática das Psicoterapias*. Lisboa: Climepsi Editores.

Braconnier, A. (2000). *Psicologia Dinâmica e Psicanálise*. Lisboa: Climepsi Editores.

Bergeret, J. (1998). *Psicologia patológica*. Lisboa: Climepsi Editores.

Gonçalves, M. & Gonçalves, Ó. (2001). *Psicoterapia, discurso e narrativa: a construção conversacional da mudança*. Coimbra: Quarteto Editora.

Gonçalves, R. (2008). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*, Coleção Psicologia Clínica e Psiquiatria 3, Coimbra, Quarteto.

- Coderch, J. (2001). *La Relación Paciente-Terapeuta — El Campo del Psicoanálisis y la Psicoterapia*. Barcelona: Editorial Paidós.
- ICD-10 (1992). *The ICD-10 Classification of Mental and Behavioural Disorders. Clinical descriptions and diagnostic guidelines*. Geneva: World Health Organization.
- Francês, A. & Ross, R. (2004). *Casos Clínicos, DSM-IV-TR. Guia para o diagnóstico diferencial*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Fonseca, A. (1997). *Psiquiatria e Psicopatologia*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Machado, P. P. P. (1996). *Investigação em Psicoterapia: Resposta para Algumas Questões e Algumas Questões Sem Resposta*. Psicologia: Teoria, Investigação e Prática, 1, 97 — 116.
- Miguel, G. & Simões, M. & Almeida, L. & Machado, C. (2003). *Avaliação Psicológica*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Rodrigues, V. & Gonçalves, L. (1998). *Patologia da Personalidade*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Scharfetter, C. (1997). *Introdução à psicopatologia geral*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Vasco, A. B. (1996). *Papel e Importância da Pessoa do Psicoterapeuta à luz da História da Psicoterapia*. Psicologia, XI, 1, 169 — 182.
- Vasco, A. B. & Dryden, W. (1997). *Does development do the deed?: Clinical experience and epistemological development together account for similarities in therapeutic style*. Psychotherapy, vol.34, n.º 3, 262-271.
- <http://e-repository.tecminho.uminho.pt/poaw/MIEP83web/Capitulo3>
- Oliveira, R. A. (2001). *Psicologia clínica e reabilitação física*. Lisboa: ISPA
- Orlinsky, D. e Howard, K.I. (1995). *Unity and Diversity Among Psychotherapies: A Comparative Perspective*. IN Bruce Bongar & Larry E. Beutler (Eds.), *Comprehensive Textbook of Psychotherapy* (pp. 3 — 23). New York: Oxford University Press.
- Orlinsky, D. et al. (1999). *Development of Psychotherapists: Concepts, questions, and methods of a collaborative international study*. Psychotherapy Research, 9 (2), 127 — 153.
- Benony, H. & Chahraoui, K. (2002). *A Entrevista Clínica*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Matos, A. (2007) *A Depressão*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Montgomery, S. (1993) *Ansiedade e Depressão*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Reindal, S. M. (1999). *Independence, dependence, interdependence: some reflections on the subject and personal autonomy*. Disability & Society, 14, (3), 353-367.
- Ribeiro, J. L. (1998). *Psicologia e saúde*. Lisboa: ISPA.
- <http://www.universopsi.com.br/HIPNOSE2.pdf>
- http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/311/1/ensaio4_americo.pdf
- http://www.adfa-portugal.com/livros/Livro_stress.pdf
- Capítulo 4:
- Anúnciação, C. (1997). *Stress traumático: fenómeno, etiologia e tratamento*. Revista de Psicologia Militar, 10, 147-161.
- Bowlby, J. (1979). *Formação e rompimento dos laços afectivos*. São Paulo: Martins Fontes Editora.
- Brown, J., & Campbell, E. (1995). *Stress and Policing: Sources and Strategies*. West Sussex: Wiley.
- Burns, C., Morley, J., Bradshaw, R., & Domene, J. (2008). *The emotional impact on and coping strategies employed by police teams investigating Internet child exploitation*. Traumatology, 14 (2), 20-31.
- Chambel, M. (2005). *Stress e bem-estar nas organizações*. In A. M. Pinto, & A. L. Silva (Coords.). *Stress e Bem-Estar* (pp. 105-134). Lisboa: Climepsi.
- Cooper, C., & Marshall, J. (1978). *Understanding executive stress*. London: Macmillan.
- Cooper, C., & Marshall, J. (1982). *Fontes ocupacionais de "stress": Uma revisão da literatura relacionada com doenças coronárias e com saúde mental*. Análise Psicológica, II (2/3), 153-170.
- Cruz, J., Gomes A., & Melo, B. (2000). *Stress e burnout nos psicólogos portugueses*. Braga: Sistemas Humanos e Organizacionais.
- Chiavenato, I. (1995). *Recursos Humanos*. S. Paulo: Editora Atlassa.
- Folkman, S. & Lazarus, R. (1986). *Estrés y Procesos Cognitivos*. Barcelona: Ediciones Martinez Roca, S. A.
- Kureczka, A. (1996). *Critical incident stress in law enforcement*. FBI Law Enforcement Bulletin, 65 (213), 10-16.
- Lazarus, R. (1995). *Psychological stress in the work place*. In R. Crandall & P. L. Perrewé (Eds.). *Occupational Stress: A handbook*. Washington: Taylor & Francis.
- Lazarus, R., & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal, and coping*. New York: Springer.
- Gonçalves, S., & Neves, J. (2004). *Stress ocupacional, estratégias de coping e implicação organizacional em contexto policial*. In A. Carvalho, J. Monteiro, E. Baptista, M. Covelinhas & R. Cruz (Orgs). *Encontro Sobre Recrutamento e Selecção* (pp. 165-173), Lisboa: Repartição de Recrutamento e Selecção da Direcção do Serviço de Pessoal na Academia de Marinha.
- Herman M. van Praag, Ron de Kloet, Jim van Os (2005). *Stress, o Cérebro e a Depressão*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Malloy, T., & Mays, G. (1984). *The police stress hypothesis: a critical evaluation*. Criminal Justice and Behavior, 11 (2), 197-224.
- Peiro, J. M. (1983). *Psicología de las organizaciones*. Madrid: UNED.
- Pinuel y Zabala, I. (2001). *Como sobrevivir al acoso psicológico en el trabajo*. Santander: Sal Terrae.
- Ribeiro, J. (2005). *Introdução à Psicologia da Saúde*. Quarteto, Coimbra.
- Soeiro, C. & Bettencourt, H. (2003). *Identificação de factores de stress associados ao trabalho de polícia: Estudo exploratório de uma amostra de inspectores da Polícia Judiciária portuguesa*. Polícia e Justiça, 1 (3.ª série), 127-158.
- Soeiro, C., Bettencourt, H., & Samagaio, M. (2003). *O stress e o trabalho de polícia: identificação e avaliação da magnitude do conjunto de acontecimentos de vida que limitam o desempenho dos polícias de investigação criminal. O regime de trabalho na investigação criminal: comunicações, debates e conclusões*. Lisboa: ASFIC/PJ.
- Vaz Serra, A., & Firmino, H. & Matos, A P. (1987). *Auto-conceito e locus de controlo*. Psiquiatria Clínica.
- http://www.assediomoral.org/IMG/pdf/Mobbing_conceitos.pdf <http://www.efdeportes.com/efd89/natureza.htm>
- Capítulo 5:
- Bromberg, M. H. P. F. (1995). *A psicoterapia em situações de perdas e luto*. Campinas: PsyII.
- Erikson, E. H. (1970). *Autobiographic notes on the identity crisis*. Daedalus, 105, 730-759.
- Escartín Caparrós, M. J. (1992). *Manual de trabajo social (modelos de práctica profesional)* (Colección Amalgama). Alicante, España: Editorial Aguaclara.
- Kubler-Ross, E. (1969). *On death and dying*. Londres: Tavistock.
- James, R. K., & Gilliland, B. E. (2001). *Crisis intervention strategies*. Londres: Brookes Cole.
- Manuel, G. (2009). *Incidentes críticos na Polícia Judiciária: Características e sugestões para minimizar efeitos*. Revista de Psicologia Militar, 18, 211-233.
- Manuel, G., & Soeiro, C. (2009). *Incidentes Críticos na Profissão de Inspector de Investigação Criminal*. In S. Jesus, I. Leal & M. Rezende (Coords.). *I Congresso Luso-Brasileiro de Psicologia da Saúde: Experiências e Intervenções em Psicologia da Saúde*. Resumos e Textos [CD-ROM] (pp. 1331-1345), Faro: Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
- Maslach, C. (1986). *Stress, burnout and workaholism*. In R. Kilburg, P. Nathan & R. Thoreson (Eds.), *Professional in Distress. Issues, Syndrome and Solutions in Psychology*. Washington: American Psychological Association, Inc.
- Mitchell, J., & Everly, G. (2003). *Critical incident stress management (CISM): Group crisis intervention (3rd Edition Revised)*. Ellicott City, MD: International Critical Incident Stress Foundation.
- Pereira, O.G. & Amâncio, L. & Vala, J. (2000). *Psicologia Social*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Parkes, C. M. (1998). *Luto, estudos sobre a perda na vida adulta*. São Paulo: Summus.
- Sierra Bravo, R. (1987). *Técnicas de investigación social. Teoría y ejercicios*. Madrid: Paraninfo.
- Capítulo 6:
- Adolphs, R. (2002). *Recognizing emotion from facial expressions: psychological and neurological mechanisms*. Behavioral and Cognitive Neuroscience Reviews.
- Altavilla, E. (1982). *Psicologia Judiciária*. Coimbra: Arménio Amado.
- Agra, C. (1993). *Dizer a droga. Ouvir as drogas. Estudos teóricos e empíricos para uma ciência do comportamento aditivo*. Porto: Radicário.
- Andrews, D. A., & Bonta, J. (2003). *The psychology of criminal conduct (3rd ed)*. Cincinnati: Anderson.
- Caldwell, M., Skeem, J., Salekin, R., & Rybroek, G. (2006). *Treatment response of adolescent offenders with psychopathy features: A 2-year follow-up*. Criminal Justice and Behavior, 33 (5), 571-596.
- Cunningham, M. D., Sorensen, J. R., & Reidy, T. J. (2005). *An actuarial model for assessment of prison violence risk among maximum security inmates*. Assessment, 12, 40-49.
- Douglas, K. S., Hart, S. D., & Kropp, P. R. (2001). *Validity of Personality Assessment Inventory for forensic assessments*. International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 45, 183-197.

Farrington, D. P. (1994). Early developmental prevention of juvenile delinquency. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 4, 2009-227.

Fonseca, A. C.; Simões, M. R.; Simões, M. C. T.; & Pinho, M. S. (Eds.) (2006). "Psicologia Forense". Coimbra: Almedina.

Gacono, C. B. (2002). Introduction to a special series: Psychological testing in forensic settings. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 46 (39), 274-280.

Garrido, V.; Stangeland, P.; Redondo, S. (1999). "Princípios de criminologia", Valência, Tirant lo Blanch.

Gendreau, P., Goggin, C., French, S., & Smith, P. (2006). Practicing psychology in correctional settings. In I.B. Weiner & A. K. Hess (Eds.), *The handbook of forensic psychology* (3rd ed., pp. 722-750). Hoboken, NJ: Wiley.

Gonçalves, R. (2008) "Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão". Coimbra, Quarteto

Gonçalves, R. & Machado, C. (Coord.) (2005). *Psicologia Forense*". Coimbra: Quarteto.

Hilton, N. Z., Harris, G. T., Rice, M. E. (2006). Sixty-six years of research on clinical versus actuarial prediction of violence. *The Counseling Psychologist*, 34, 400-409.

Hodgins, S., & Müller-Isberner, R. (Eds.) (2000). *Violence, crime and mentally disordered offenders: Concepts and methods for effective treatment and prevention*. West Sussex: Wiley.

Hoge, R. D., & Andrews, D. A. (1996). *Assessing the youthful offender: Issues and techniques*. New York: Plenum

Kruh, I. P., Frick, P. J., & Clements C. B. (2005). Historical and personality correlates to the violence patterns of juveniles tried as adults. *Criminal Justice and Behavior*, 32 (1), 69-96.

Marques-Teixeira, J. (2000) "Comportamento Criminal: perspectiva biopsicológica", Linda a Velha, Vale & Vale, L.ª

Marshall, W. L., Laws, D. R., & Barbaree, H. E. (1990). *Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender*. New York, NY: Plenum Press.

Walters, G. D., Kight, R. A., & Thornton, D. (2009). The latent structure of sexual violence risk: A taxometric analysis of widely used sex offender actuarial risk measures. *Criminal Justice and Behavior*, 36 (3), 290-306.

Wijk, A. Ph., Mali, S. R., & Bullens, R. A. (2007). Juvenile sex-only and sex-plus offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 51 (4), 407-419.

Ward, T., Polaschek, D. L., & Beech, A. (2006). *Theories of sexual offending*. West Sussex: Wiley.

http://www.gaim.pt/publicacoes/pub_4/Teoria.pdf <http://www.portaldasaude.pt/NR/rdonlyres/9D8E0C95-D73F-4EB5-BE71-64FB0ED7910D/0/DEPMarco.pdf>

17 — Constituição do júri:

Presidente — Lic. Ilda Maria Ribeiro Pação, Directora de Unidade; Vogais efectivos: — Lic. João António Prata Augusto, Chefe de Área;

Lic. Cristina Branca Bento de Matos Soeiro Correia Teles, Especialista Superior;

Vogais suplentes: — Lic. Maria Isabel Ramos Afonso, Chefe de Sector;

Lic. Luís Manuel Santos Teodoro, Especialista Superior;

O Presidente do Júri é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

Direcção Nacional da Polícia Judiciária, 24 de Março de 2010. — O Director Nacional Adjunto, *(Pedro do Carmo)*.

203086176

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Listagem n.º 64/2010

Em cumprimento do disposto na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publicam-se em anexo as listagens das transferências efectuadas no 2.º semestre de 2009 pelos organismos dependentes do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

23 de Março de 2010. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *António Augusto da Ascensão Mendonça*.

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres

2.º semestre de 2009

Financiamentos para estudos de enquadramento e desenvolvimento dos sistemas de transportes

(Unidade monetária: euro)

Entidade decisora	Data da decisão	Entidade beneficiária	Montante
VCD do IMTT	29-12-2009	Rodoviária da Beira Litoral . . .	22 500
PCD do IMTT	23-12-2009	Rodoviária d'Entre Douro e Minho	7 500

Financiamentos para a modernização tecnológica e a melhoria da eficiência energética dos transportes públicos

(Unidade monetária: euro)

Entidade decisora	Data da decisão	Entidade beneficiária	Montante
CD do IMTT	02-07-2009	Transportes Sul do Tejo	80 000
CD do IMTT	03-09-2009	Transportes Sul do Tejo	80 000
CD do IMTT	24-09-2009	Transportes Sul do Tejo	40 000
CD do IMTT	21-12-2009	Transportes Sul do Tejo	5 500
CD do IMTT	06-08-2009	OTLIS	300 000
CD do IMTT	06-08-2009	Rodoviária de Lisboa	60 000
CD do IMTT	21-10-2009	Rodoviária de Lisboa	53 500
PCD do IMTT	30-11-2009	Moisés Correia de Oliveira . .	6 600
PCD do IMTT	28-12-2009	António de Silva Cruz & Filhos, L.ª	12 460,50
CD do IMTT	17-12-2009	Rodoviária de Beira Litoral . . .	57 702,50
PCD do IMTT	22-12-2009	Rodoviária de Lisboa	22 256,08
VCD do IMTT	14-12-2009	Associação Automóvel de Portugal	18 000
CD do IMTT	30-12-2009	AUTOOCOOPE	320 512
SET	07-09-2009	Agostinho & Agostinho, L.ª	25 000
SET	07-09-2009	DILOP — Transportes, S. A.	18 500
SET	07-09-2009	Martins & Mota, L.ª	16 500
SET	07-09-2009	Raul Mauricio & Filhos, L.ª	25 000
SET	07-09-2009	T. Hugo Henriques Ribeiro, Unip., L.ª	25 000
SET	07-09-2009	Transportes Gama, S. A.	50 000
SET	07-09-2009	Trans-Solmar Transportes, L.ª	32 500
SET	07-09-2009	Cândido e Pinto, L.ª	25 000
SET	07-09-2009	J. Chaves — Soc. Transportadora, L.ª	16 250
SET	07-09-2009	MARCOLILITRANS — Transp. de Carga L.ª	16 250
SET	07-09-2009	ONELAND — Const. Remodelações Unip.	16 250
SET	07-09-2009	TRANSGAMA — Transportes J. Gama, S. A.	50 000
SET	07-09-2009	Transp. Rod. Merc. «O Guilherme», L.ª	25 000
SET	07-09-2009	Transportes Santos & Crispins, L.ª	20 000
SET	07-09-2009	C. Batista, L.ª	25 000
SET	07-09-2009	EUROPOMBALCENTRO — Soc. Transportes, L.ª	50 000
SET	07-09-2009	Lameiras Mendes II, L.ª	25 000
SET	07-09-2009	Manuel Ferreira Branco E Mat. de Construção, L.ª	20 000
SET	07-09-2009	Tjl. Transportes Internacionais, L.ª	50 000